

A administração pública da cultura como espaço para uma antropologia pública

The public administration of culture as a space for public anthropology

Jefferson Dantas

Universidade Estadual de Campinas

Campinas, Brasil

jefferson.dantass@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5463-2105>

Recebido em: 27 de março de 2025

Aceito em: 08 de junho de 2025

Resumo

Neste artigo, relatamos a experiência das oficinas de elaboração de projetos culturais realizadas em São Luís, ao longo do lançamento dos editais da Lei Paulo Gustavo. O objetivo das oficinas era fornecer subsídios teóricos e práticos para que agentes sub-representados pudessem participar de maneira mais estratégica, aumentando suas chances de sucesso em editais públicos de cultura. Com uma abordagem de Antropologia Pública, não só harmonizamos os saberes administrativo-legal e popular, mas também incentivamos a leitura e a escrita, ações que são fundamentais para a politização das práticas artísticas produzidas por esses agentes.

Palavras-chave: Administração; Antropologia Pública; Cultura; Saberes.

Abstract

In this text, we share the experience of cultural project development workshops held in São Luís during the launch of the Paulo Gustavo Law's public calls. The purpose of these workshops was to provide theoretical and practical support so that historically underrepresented agents could participate more strategically, increasing their chances of success in cultural funding programs. With a Public Anthropology approach, we aimed not only to bridge administrative-legal and popular knowledge but also to encourage reading and writing, essential elements for the politicization of these agents' artistic practices.

Keywords: Administration; Public Anthropology; Culture; Knowledge.

Introdução

Com o presente texto, argumento que o campo da administração pública constitui um terreno fértil para o desenvolvimento de uma Antropologia Pública. Após um longo período em que a antropologia se enclausurou nos muros da academia, delegando à política profissional a tarefa de conscientização social, defendo aqui a necessidade de uma atuação mais ativa dos antropólogos na realidade social. Essa atuação implica incentivar e capacitar nossos interlocutores em uma sociedade cada vez mais litigante. Afinal, esse é o sentido do trabalho antropológico junto aos grupos e indivíduos com os quais nos envolvemos: contribuir para que reconheçam, narrem e transformem suas realidades.

O texto está dividido em três partes. A primeira, intitulada *"As oficinas de elaboração de projetos culturais: como funcionaram e o que aprendi com elas?"*, apresenta informações sobre a oficina, descreve o perfil de alguns interlocutores, o formato das atividades, os desafios enfrentados e os aprendizados construídos ao longo do contato com os cursistas.

A segunda parte, *"O incentivo à leitura e à escrita enquanto expressão da politização"*, discute como, a partir das interações com os participantes, percebi o desejo de apropriação de um repertório técnico que lhes permitisse narrar suas próprias histórias. A busca por instrumentos de escrita se mostrava como um meio de interpretar e agir sobre os fenômenos que os cercam, reafirmando a importância de contar a história a partir do próprio ponto de vista.

A terceira parte, *"Por que uma Antropologia Pública?"*, propõe que a prática antropológica em campo vá além da descrição das formas de vida. Diante das experiências vividas nas oficinas, sustento que é necessário promover a participação ativa dos sujeitos sociais nas transformações que desejam operar em suas vidas. Para tanto, a antropologia deve assumir um papel propositivo e engajado, que reconheça e combata as opressões vividas por esses grupos.

Concluo, ainda que provisoriamente, apontando para a urgência de um reposicionamento da antropologia frente aos desafios impostos pelo neoliberalismo, que atinge de forma profunda e diversa as populações com as quais trabalhamos. Esses impactos incidem não apenas sobre os sujeitos pesquisados, mas também sobre nosso fazer antropológico, exigindo uma reflexão crítica sobre nossos próprios posicionamentos e práticas. Nesse sentido, uma antropologia crítica deve atentar-se para o valor epistemológico

da participação e da escrita, buscando estratégias para que esses grupos possam atuar de forma mais ativa em processos decisórios que afetam diretamente suas vidas.

As oficinas de elaboração de projetos culturais: como funcionaram e o que aprendi com elas?

As oficinas de elaboração de projetos culturais foram ofertadas sob a forma de extensão universitária, isto é, inter-relação da universidade com uma audiência não acadêmica, uma ação que visava ampliar o raio de atuação do antropólogo e como qualificação das políticas públicas (Borofsky e De Lauri, 2019), enfim numa visão freiriana, as oficinas visavam redimensionar a universidade dentro de um projeto popular de educação (Gadotti, 2007).

As oficinas foram oportunas, pois a lei Paulo Gustavo, Lei Complementar nº 195/2022¹, injetou no Maranhão R\$ 146,4 milhões, sendo R\$ 81,4 milhões para o estado e de R\$ 65 milhões para os 217 municípios maranhenses, estas rubricas significaram o maior aporte financeiro na área cultural da história. O curso foi montado urgentemente para dar vazão aos projetos dos artistas locais, que apresentam dificuldades na elaboração deles. São Luís está dentro da área denominada Amazônia Legal² que apresenta índices de desenvolvimento muito baixos em várias áreas.

As oficinas contaram com o apoio do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/ PGCULT, do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular/GPMINA e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural/GEPPAC e do Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação na Amazônia Legal/ PDPG/CAPES do qual fui bolsista de pós-doutorado. Todas as oficinas somadas geraram 80 horas-aula, entre setembro de 2023 e maio de 2024.

Dois objetivos me animaram nesta oferta. O primeiro era aproximar os fazedores de cultura dos ritos da administração pública, mostrando que a lei os beneficiava, afastando o senso comum sobre burocracia e direitos. O segundo foi oferecer subsídios para a escrita de projetos, desenvolvendo a autoestima destas pessoas, aos poucos, enfrentando múltiplas

¹ Em todo o país estão sendo investidos R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais. Destaque-se que tal recurso foi conquistado por deputados federais do espectro de esquerda em coalizão com artistas, num contexto bastante árido, afetado pela pandemia do novo coronavírus.

² A lei 1 806/1953, instituiu a área para fins de seu desenvolvimento socioeconômico. A área engloba 9 estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ver mais: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>

resistências, eles começaram a se entenderem partícipes do sistema de cultura no qual estavam dentro, porém nas margens.

A primeira turma formada teve forte presença de alunos do turismo e alguns representantes de povos de terreiro. A primeira oficina teve oito horas-aula, divididas em duas manhãs, numa quinta e sexta-feira, na Fábrica Santa Amélia, campus da Universidade Federal do Maranhão, no centro da cidade. A oficina debutou com os povos de terreiro por considerar importante a participação deste segmento sub-representado no fomento, contudo a presença foi baixa. De certo modo, já esperávamos pouca adesão em função da distância que existe entre os terreiros e a universidade. A divisão da sociedade em classes implica na divisão social das linguagens, os povos de terreiros estão alijados do debate jurídico e da escrita, inclusive. De todo modo, foram três representantes, um advogado, uma brincante que veio de Rosário, distante 76 km da capital e uma produtora, que produziu uma oficina em seu espaço cultural, o Pega Beco.

No Pega Beco, a oficina teve um formato mais prático, com quatro horas. O evento fluíu como previsto, tivemos algumas surpresas: a vinda de um jovem quilombola, de Capinzal do Norte, cerca de 290 km da capital do estado. A presença de uma profissional catarinense ligada ao Mestre Tião Carvalho e as presenças do *B-boy*³ Arison da Vila Embratel⁴ e da coreira⁵ Regina Arcanjo.

Estes cursos foram oferecidos pela extensão da universidade federal, requerendo dos cursistas um cadastro *on line*, seguido de inscrição, o que significou alguma confusão e dificuldade entre o público interessado, que muito reclamou do *site* na *internet*. Fiquei aflito, pois não tinha acesso direto à plataforma. O curso era cadastrado por um técnico, servidor da universidade, que era acionado pela supervisora do estágio pós-doutoral. Trocar ou adicionar uma informação simples na oferta da oficina no Sigeventos significava parar o trabalho de outrem, isso me chateava. Ficava agoniado por demandar trabalho de outras pessoas, que já têm abarrotadas rotinas de trabalho.

Por vezes, incrédulo pensei, se o pessoal não está conseguindo fazer esse cadastro tão simples como poderá se inscrever em um edital público de fomento, cuja documentação é farta. Contudo, insisti pois não significava apenas a inscrição e, possivelmente, “ganhar um

³ Termo dado a pessoa que dança o breakdance (dançarino breaking).

⁴ Vila Embratel é um bairro popular da região do Itaqui-Bacanga, na cidade de São Luís.

⁵ Dançarina e organizadora da roda de tambor de crioula. Tambor de crioula é uma forma de expressão patrimonializada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN.

edital”, mas o incentivo à autonomia, a sensibilização sobre a temática da cultura e da arte e enxergar a lei como aliada e não inimiga.

Superamos essas limitações iniciais confeccionado um formulário *google* para facilitar as inscrições para a oficina ocorrida no Museu do Reggae, onde a atividade foi noturna, pela primeira vez, acatei a solicitação do diretor do museu. Lá, o curso ficou ainda mais prático, com a leitura de quase todo o edital, inclusive, seus anexos. Pontuando cada parte fundamental do certame e as novidades trazidas pela Lei Paulo Gustavo – letramento jurídico.

Foi lá que percebi que estava sendo acompanhado por Arison da Vila Embratel e Regina Arcanjo, presentes nos dois dias. Fato que me envaideceu, pois em minha mente tinha dificuldades em mensurar o que efetivamente estava acontecendo, se objetivamente, estava conseguindo comunicar, se os recursos didáticos estavam adequados.

Com Regina Arcanjo organizei uma oficina para o pessoal da capoeira, da cultura popular e agentes culturais da área do Desterro no centro de São Luís. Regina, tornou-se, uma produtora destas oficinas. Realizei a convite de Arison, uma oficina em seu bairro, Vila Embratel, na região do Itaqui-Bacanga, periferia da cidade. A oficina aconteceu na Igreja Nossa Senhora do Povo, na Praça das Sete Palmeiras, o curso teve a carga horária de 8 horas, significando manhã e tarde de um sábado. Não tivemos presença maciça, embora o curso tenha sido divulgado com antecedência e organicidade. Dentre os presentes, o curso era novidade e aquelas pessoas nunca tinham aprovado um edital ou conseguido recursos públicos para a finalidade artística, exceto o organizador.

Realizamos cinco encontros no Solar Cultural Maria Firmina dos Reis, espaço mantido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST/MA, localizado no Centro de São Luís. Nesses encontros conheci diversos artistas, pessoas que tinham diferentes níveis de aprofundamento na arte e na política cultural. No Solar, percebi um fator negativo de nossa audiência, muitos dos cursistas tinham alfabetização insuficiente, por isso muitos hesitavam em participar de modo mais ativo. Tinham dificuldades em esboçar suas ideias artísticas e não queriam escrevê-las quando propúnhamos como desafio. Quando olhamos para as estatísticas, aprendemos que o Maranhão ainda lidera o *ranking* de analfabetismo no Brasil.

O que depreendi das oficinas e sobre as políticas culturais de São Luís? Ao longo das oficinas, tive a oportunidade de ratificar aspectos lidos em trabalhos acadêmicos (Albernaz, 2004; Cardoso, 2008) e veiculados em grupos de pesquisa na Universidade Federal do

Maranhão. Tinha tomado conhecimento de certa “asfixia da cultura”. Dito de outro modo, de um projeto de dominação dos artistas e produtores locais pelos gestores culturais, fato expresso na humilhação que os agentes culturais são submetidos, a exemplo da: desmobilização intencional e calculada das instâncias de participação, pouca transparência, indefinição de um calendário regular, à precarização e o trabalho não pago, inclusive de projetos e cachês selecionados por meio de editais, nas palavras de Letícia Cardoso “a dependência dos grupos em relação à política clientelista do Governo acaba dando o tom da servidão” (Cardoso, 2008, p. 10-11).

A Atenas brasileira, um dos epítetos de São Luís, mantém uma política cultural atrasada e obscurantista, distante dos ditames da transparência e participação social exigidos por lei e tão requeridos pela sociedade. A administração da cultura em São Luís é “mal pensada” por uns e “amargamente vividas” por outros, isto é, existe uma relação de classe, entre cultos e incultos, conforme salientado Cazumbá⁶, é o pseudônimo de um dos meus interlocutores na capital maranhense.

Cazumbá também assevera que tal fato esconde uma questão racial, quando indaga: Por que os manifestantes das culturas populares negras e indígenas estão ainda distantes do letramento necessário para a conquista do financiamento? Por que não existe uma política cultural que busque diminuir a desigualdades racial entre brancos, negros e indígenas? Por qual razão ainda não se quebrou o padrão de profissionais brancos representarem a cultura afro-indígena? Por qual motivo os produtores populares não têm acesso facilitado à infraestrutura tecnológica que torna possível o trabalho artístico?

Cazumbá aponta que devemos enfatizar a raça, uma vez que parte considerável dos bens e serviços culturais, ativos econômicos da cidade, é oriunda de manifestações culturais populares negras e indígenas. Cazumbá acredita ser por esse motivo que as culturas populares são tratadas de forma espetacular, oportunista e austera pelos grupos dirigentes, à direita e à esquerda do espectro político.

Como estamos falando de cultura enquanto trabalho, essa austeridade aqui implica na naturalização da pobreza material de pessoas negras e indígenas, marcando a perpetuação desse processo de subordinação e do racismo⁷, lembrando que segundo o

⁶ Cazumbá é uma das personagens do Bumba Meu Boi, que é uma manifestação do patrimônio cultural brasileiro de acordo com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

⁷ O racismo no contexto do trabalho artístico também é evidenciado em pesquisas internacionais (Gray, 2016; Warner, 2016). O estudo de Kristen Warner (2016) sobre Hollywood destaca as lutas pela inclusão de pessoas não brancas em postos de trabalho e oportunidades de liderança. Mesmo com os esforços contínuos de pessoas não brancas (negros/latinos), há uma predominância maciça de brancos. Lá e cá, as estruturas destas

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, a soma entre pardos e negros na força de trabalho artística no Maranhão equivale a 87,9%.

Essa desvalorização pode ser lida como uma bastardização da cultura afro-brasileira (Nascimento, 2016), que significa a não aceitação e valorização da cultura do negro e do indígena, que, amiúde, foram vistas como incivilizadas. Em diferentes momentos da história brasileira manifestações da cultura afro-brasileira foram desprezadas e proibidas, o samba, a capoeira, o candomblé e o lundu exemplificam esse processo. Ainda segunda Abdias do Nascimento

A redução da cultura africana ao status de vazio folclore não revela somente o desprezo ao negro da sociedade vigente, branca como também exibe a avareza com que essa sociedade explora ; afro-brasileiro e sua cultura com intuítos lucrativos. Pois embora a religião e a arte sejam tão ridicularizadas e folclorizadas, elas constituem valiosas e rentáveis mercadorias no comércio turístico (Nascimento, 2016, p 118).

Pelo exposto por Cazumbá, os agentes culturais negros e indígenas são acionados, pelo poder público, de modo estratégico, para alcançar determinado fim (lucro), tão logo se alcança o objetivo (financeiro), são postos no ostracismo. Esse ciclo se repete por anos e anos. Tal fato, poderia ser superado se houvesse planejamento e investimento contínuo e público na área cultural, com o desenvolvimento de uma política moderna, com todos os seus ciclos debatidos, implementados e monitorados. Contudo, a participação social é baixíssima, os conselhos estão destituídos ou aparelhados.

Posições como as de Cazumbá foram postas por outros agentes e acompanharam várias edições das oficinas. Para além da tecnicidade da escrita de projetos, havia o interesse na conscientização sobre o terreno sob o qual pisávamos, afinal os editais são pensados, escritos e executados por pessoas de carne e osso, isto é, são estruturados em contextos específicos e marcados por uma série de problemáticas sociais.

E como toda política pública executada no Brasil, os agentes culturais devem estar atentos às ações de determinados conjuntos de sujeitos. Conforme Michael Apple (2011), as políticas públicas hoje enfrentam sujeitos como neoliberais, conservadores e populistas

sociedades ainda preservam a hierarquia étnico-racial construída durante o colonialismo europeu/expansão do capitalismo nas Américas, de modo que ainda convivemos com a grande tarefa de descolonização do poder político, econômico, cultural e social (Grosfoguel, 2005).

autoritários, embora tenha escrito sobre a realidade dos Estados Unidos, a análise de Apple certamente vale para São Luís, em particular, e para o Brasil, de modo geral.

O incentivo à leitura e à escrita enquanto expressão da politização

Um dos argumentos defendidos ao longo das oficinas é que a administração constitui uma linguagem que precisa ser compreendida pelos fazedores de cultura. Não por capricho, mas por necessidade, uma vez que é a linguagem burocrática que organiza o fluxo dos editais. A burocracia representa, ao mesmo tempo, a estruturação e o domínio de todos os procedimentos necessários para alcançar determinados fins (Tragtenberg, 1974, 1989; Weber, 1982).

Além disso, o aprendizado dessa linguagem possibilita correções voltadas à promoção da justiça. Por essa razão, aproximar-se, compreender melhor e agir em conformidade com os trâmites burocráticos tornou-se uma necessidade urgente para os artistas na contemporaneidade. Esse pragmatismo decorre da urgência em compreender o contexto de concorrência interpessoal e entre projetos.

No que diz respeito à perspectiva de contexto, Paulo Freire afirma:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p. 9).

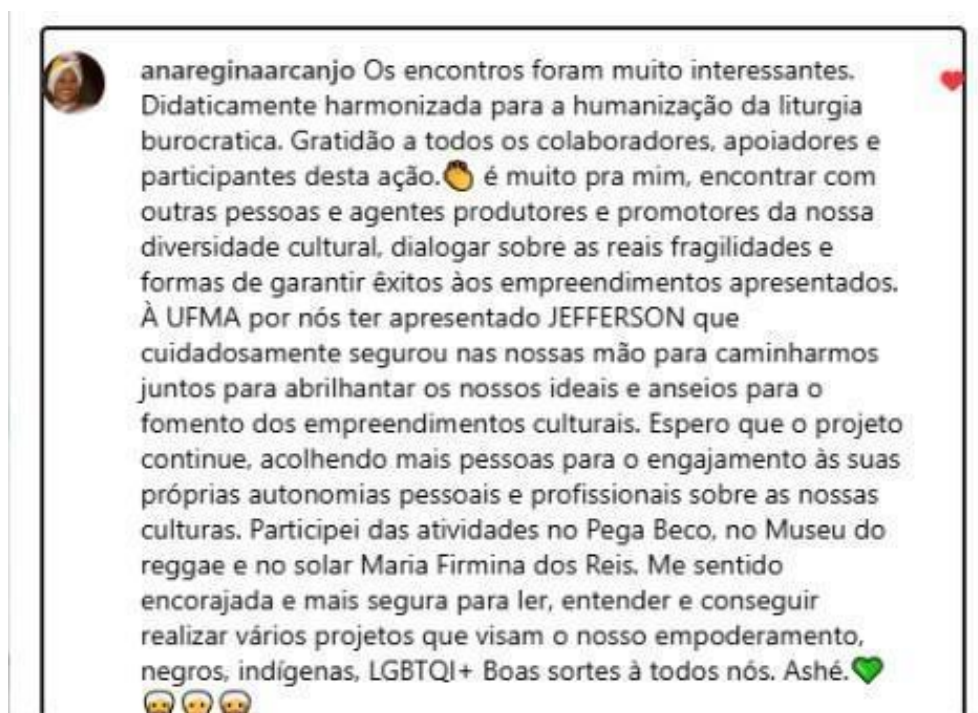
Por essa razão, iniciava a oficina com uma explanação sobre o contexto social da produção cultural, destacando os interesses dos diversos agentes que compõem o campo das políticas culturais. Com isso, buscava-se estimular a adoção de uma nova postura diante das dificuldades impostas pela dinâmica entre as classes dirigentes e os dirigidos.

Essa nova postura envolvia a leitura de dispositivos legais (Lei Orgânica da Cultura, editais, entre outros) e, a partir desse contato inicial, o incentivo à participação em grupos, coletivos, fóruns e conselhos – ou seja, em instâncias de construção coletiva voltadas para os problemas da área cultural. Dessa forma, buscava-se reduzir a distância entre os artistas e o fomento público, por meio do domínio da leitura de editais e da escrita de projetos, para que assim pudessem dar vazão às suas formas de expressão e, em certa medida, escapar do desprezo frequentemente oriundo da administração pública.

Os participantes das oficinas relataram, por vezes, que os gestores se apropriam de sua produção cultural sem, no entanto, valorizá-los. Apontavam a ausência de um reconhecimento efetivo e manifestaram o desejo de dar continuidade à sua produção. Compreendi, nesse contexto, que se tratava também de um processo de fortalecimento da identidade cultural desses sujeitos.

A coreira Regina Arcanjo fez um comentário no Instagram que reproduzo abaixo:

Imagem 1 - Comentário de Regina Arcanjo.



Fonte: Instagram, 12/10/2023.

Pelo comentário de Regina Arcanjo, reafirmamos o entendimento de que a oficina estava no caminho certo — não apenas como um instrumento capaz de viabilizar a aprovação de um projeto cultural em um edital público, mas também por evidenciar a importância de resgatar práticas de escrita e leitura sobre temas urgentes do cotidiano desses atores sociais.

Entendi que um caminho para o fortalecimento desses sujeitos passava justamente por enxergarem-se com mais dignidade e, assim, valorizarem melhor a

própria história. Acredito que uma leitura decolonial desse processo mostrou-se bastante frutífera. O incentivo à leitura, aliado à prática decolonial, desempenha um papel fundamental na crítica da realidade e na assunção de novos projetos artístico-culturais, pois atua diretamente na formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história, identidade e posição no mundo.

A seguir, acredito que essa politização se desenvolve a partir de cinco momentos articulados, a saber: Crítica à realidade por meio de outras lentes; Formação de repertório contra-hegemônico; Inspiração para novos projetos culturais; Empoderamento e protagonismo e Educação estética e política. Aprofundo-os abaixo:

1. No que tange à crítica da realidade a partir de outras lentes, a leitura com viés decolonial permitiu o contato com perspectivas frequentemente silenciadas pelos discursos dominantes. No início do curso, indivíduos com trajetórias nas artes demonstravam dúvidas sobre se o que sabiam era digno de registro ou de participação naquele debate. Percebi que muitos estavam cabisbaixos e, sobretudo, descrentes em relação às políticas públicas de cultura. O debate serviu, principalmente, para que esses sujeitos enfrentassem as dificuldades e o sentimento de marasmo, por meio de informações sobre o que, de fato, ocorre no setor cultural e sobre como poderiam driblar tais adversidades — sobretudo por meio da construção de uma frente coletiva de superação de obstáculos que são historicamente e intencionalmente produzidos. A leitura, nesse sentido, representa um rompimento com visões hegemônicas e conservadoras da realidade, como as expressas em frases do tipo “as coisas são assim mesmo” ou “isso aqui não tem jeito”, as quais apenas reforçam o *status quo*. O curso visava justamente dar forma e visibilidade à dominação a que esses sujeitos estavam submetidos e, assim, promover a desnaturalização das desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais. Buscava-se, ainda, posicionar o leitor como sujeito histórico e político;
2. Relativo à formação de repertórios contra-hegemônicos, a leitura decolonial da realidade permitiu ampliar o repertório simbólico dos indivíduos, fornecendo referências e imaginários alternativos ao modelo ocidental de arte, cultura e conhecimento — um modelo engessado, ainda amplamente praticado. O intuito principal foi que esses sujeitos, municiados por esse debate, cobrem de forma mais incisiva a valorização das expressões culturais populares e ancestrais, a

legitimação de saberes e estéticas oriundos de povos historicamente subalternizados e, sobretudo, maior representatividade nos editais e nos espaços de poder;

3. Atinente à inspiração para novos projetos artístico-culturais, a leitura crítica e decolonial também atuou como catalisadora da criação artística, uma vez que promove questionamentos sobre estética, autoria, linguagem e representação. Esse tipo de leitura não apenas estimula a criação de obras engajadas com as lutas sociais e identitárias, como também incentiva práticas colaborativas, horizontais e territorializadas na arte. Ela impulsiona movimentos que reconfiguram o cenário cultural a partir das margens. Reiteramos, por diversas vezes, a importância de que os próprios sujeitos narrassem suas histórias e as de suas comunidades, sem depender do olhar externo — seja de estrangeiros, sulistas ou sudestinos — para representar as vivências locais, negras e indígenas. Buscava-se, assim, romper com a perspectiva “antropofágica” do branco (Carvalho, 2004), que historicamente mediou essas narrativas;
4. Sobre empoderamento e protagonismo, essas práticas oferecem ferramentas para que sujeitos historicamente excluídos assumam o protagonismo de suas próprias narrativas. Isso é essencial para a construção de projetos artístico-culturais que não apenas denunciem, mas também proponham alternativas. Dessa forma, acredito que a produção cultural deixa de ser um espaço de reprodução da desigualdade para se tornar um espaço de resistência e reinvenção. Foi incentivado que os agentes culturais incluíssem em seus projetos uma perspectiva de economia solidária, a fim de envolver os membros de suas comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento, identidade e dignidade. A educação, nesse contexto, desempenha um papel crucial ao fomentar uma prática leitora que reconheça e valorize a pluralidade de vozes e saberes. É por meio da educação que se pode promover a conscientização e politização dos indivíduos, capacitando-os a atuar como agentes de mudança em suas comunidades;
5. Sobre a educação estética e política, é possível afirmar que uma leitura decolonial, articulada entre diferentes formas de educação — seja formal ou informal —, tem o potencial de formar sujeitos capazes de imaginar outros mundos possíveis. Esse exercício de imaginação crítica é a base de qualquer projeto artístico que almeja intervir na realidade. Cazumbá, Regina, Arison e outros cursistas destacaram a

importância de questionar as estruturas de poder e as relações de dominação que perpetuam desigualdades sociais e culturais na cidade de São Luís. Um caminho para enfrentar essa realidade é o fortalecimento e a visibilização da herança e do trabalho de artistas e grupos indígenas, africanos, afrodescendentes e de outras culturas historicamente subalternizadas. Trata-se de trazer à tona perspectivas que desafiam a visão conservadora dominante, propondo novas formas de compreender a materialidade das relações sociais. Essa leitura crítica evidencia a violência racial operada pelo colonialismo, responsável por marginalizar e deslegitimar as múltiplas manifestações artístico-culturais afro-brasileiras e indígenas. Ao mesmo tempo, é uma leitura emancipatória, claramente decolonial, pois desafia as estruturas de pensamento impostas pelo colonizador. Ela promove o diálogo entre diferentes epistemologias, amplia os horizontes de compreensão e possibilita a construção de um conhecimento mais justo e inclusivo. Mais do que informar, essa abordagem transforma, ao estimular uma postura crítica e reflexiva diante das narrativas oficiais e das práticas coloniais que ainda persistem na contemporaneidade.

Assim, compreendemos que a antropologia é importante por reconhecer a diversidade cultural, pela sua escuta e representação ética, pela desconstrução de estigmas, pela educação e ampliação da consciência, além de ser um instrumento de justiça social. Principalmente, a antropologia de caráter decolonial, que promove deslocamentos epistemológicos e estéticos ao evidenciar valores das culturas não ocidentais, soterradas pelo colonialismo e pela colonialidade. A antropologia, ao se aproximar mais detidamente da administração pública e de suas demandas, tem a possibilidade de evidenciar o poder e a hierarquização étnico-racial global que privilegiou a cultura dos brancos em detrimento das populações não brancas (Grosfoguel, 2008), assim como a hierarquia em que a cosmologia/epistemologia branca aparece como superior às epistemologias não ocidentais (Grosfoguel, 2008).

Desse modo, os agentes culturais contemplados pelo referido curso tiveram acesso a uma crítica da realidade, bem como a canais de comunicação e de produção de outras visões de mundo que valorizam suas formas de viver, trabalhar e criar. Ou seja, tiveram a oportunidade de elaborar projetos artístico-culturais sustentados por práticas enraizadas nos

territórios, mais diversos em suas linguagens e mais potentes em suas propostas de transformação social.

Por que uma Antropologia Pública?

Tendo como referência o texto de Michael Burawoy (2009) sobre a sociologia após o governo de Barack Obama, no qual ele defende a Sociologia Pública como uma forma de resistência ao fundamentalismo de mercado, onde o autor aborda as diferentes formas do conhecimento sociológico, destacando tanto as vertentes puramente acadêmicas quanto aquelas voltadas para os problemas sociais. Estas últimas, denominadas públicas e orgânicas, buscam um maior engajamento político e social dos agentes.

Outra referência fundamental é o texto dos antropólogos Robert Borofsky e Antonio De Lauri (2019), intitulado *Public Anthropology in Changing Times*, onde argumentam que a etnografia e o diálogo intersubjetivo entre pesquisador e interlocutor vão além da simples descrição da vida em determinado contexto. Para eles, esses elementos podem contribuir significativamente para o debate público e para a compreensão das dinâmicas sociais que permeiam a vida dos sujeitos pesquisados. A etnografia, segundo Borofsky e De Lauri (2019), é um processo que instaura engajamento, ação e participação. Tanto eles quanto Burawoy (2009) concordam que o trabalho do cientista social pode extrapolar os interesses meramente acadêmicos.

Ante ao exposto, acredito que a conjuntura do Brasil também exige um exercício semelhante de crítica e, sobretudo, de maior proximidade com a sociedade. Após diversos ataques e o empobrecimento do debate público, é essencial dedicarmos mais atenção a essa relação. No entanto, faço aqui um recorte específico, focando no espaço universitário e nas ciências humanas. Desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff até o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a educação superior no Brasil, incluindo universidades e cursos como a antropologia, enfrentou desafios significativos.

Sumarizei alguns pontos sobre a situação da antropologia e das universidades brasileiras após esse período: cortes de verbas e financiamento, ataques às ciências humanas, ameaças à autonomia universitária e, por outro lado, a oportunidade de fortalecer a relação entre a antropologia e o público não acadêmico. Esse movimento reforça a necessidade de

uma Antropologia Pública ou, conforme proposto por Gimeno Martín e Castaño Madroñal (2016), uma "Antropologia comprometida" ou "de orientação pública".

Os cortes orçamentários durante o governo Bolsonaro afetaram diretamente a infraestrutura, a manutenção e a expansão dos serviços acadêmicos. Houve reduções significativas nos investimentos destinados às universidades federais e às agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Embora tais cortes não sejam exclusivos de sua administração, representam um reflexo da política econômica brasileira, historicamente presa ao discurso da austeridade.

O que foi particular desse governo, contudo, foram os ataques direcionados às ciências humanas e à autonomia universitária. Bolsonaro e sua equipe frequentemente questionaram a relevância de cursos como antropologia, sugerindo que os recursos deveriam ser realocados para áreas consideradas mais "pragmáticas" ou "produtivas", como engenharia e medicina. Além disso, o governo interferiu diretamente na autonomia universitária, nomeando reitores que não estavam entre os indicados pela comunidade acadêmica. Ainda assim, as universidades resistiram e continuaram a lutar pela preservação de sua autonomia e pela continuidade de suas atividades de ensino, pesquisa e permanência estudantil.

Diante desse cenário, é essencial não esquecermos desses eventos e, mais do que isso, comunicá-los à sociedade atual e às futuras gerações. Precisamos evidenciar o impacto de um governo autoritário na educação do país e compreender que a reconstrução do ensino superior e das ciências humanas no Brasil é um processo contínuo. Esse esforço exige a colaboração entre governo, academia e sociedade civil para garantir que disciplinas como a antropologia continuem a contribuir significativamente para o entendimento e o desenvolvimento social do país.

Além da antropologia enquanto disciplina acadêmica, é crucial valorizar sua dimensão externa, o diálogo intersubjetivo característico do contato etnográfico. Afinal, os ataques não se restringiram à universidade e ao conhecimento acadêmico, mas também atingiram os grupos que frequentemente são os interlocutores de nossas pesquisas. Não seria este o momento de estreitarmos ainda mais os laços com esses grupos e buscarmos, juntos, as mudanças que almejamos? Como a antropologia brasileira pode se tornar ainda mais engajada com os problemas reais e contribuir para o bem-estar das populações sobre as quais produz tanto conhecimento? Não seria a ocasião ideal para reafirmarmos nossa relevância e

demonstrarmos que somos mais do que números dentro de uma cultura de auditoria acadêmica?

Essas questões são legítimas. Devemos lembrar que o conhecimento das ciências sociais emergiu dos mal-estares do século XIX e que, atualmente, vivemos uma série de crises que exigem nossa participação ativa. Não podemos nos posicionar como espectadores distantes; ao contrário, devemos nos engajar na defesa dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental.

Uma crítica recorrente ao estreitamento dos laços entre pesquisadores e informantes é o risco de "contaminação" pela proximidade excessiva. No entanto, sabemos que as vertentes mais academicistas e as mais engajadas se alimentam mutuamente. A primeira confere legitimidade à segunda, enquanto esta última oferece a vitalidade dos engajamentos públicos. Ainda assim, muitos acadêmicos mantêm uma postura isolacionista, criando comunidades insulares e autocentradas que monitoram rigidamente o intercâmbio de ideias. Precisamos romper com essa mentalidade e construir uma identidade mais conectada com amplos setores da sociedade. Afinal, como podemos esperar solidariedade em momentos de crise, como greves, cortes de verba, precarização do ensino e censura da prática científica, se não estabelecemos laços sólidos com a população?

Os desafios impostos pela lógica de mercado e por governos autoritários impactam profundamente a vida em sociedade, ainda que de forma desigual. Por isso, defendo o exercício de uma Antropologia Pública que evidencie a relação entre experiências individuais e a macroestrutura social, abordando os problemas concretos enfrentados pela população. Além disso, essa abordagem deve demonstrar que tais problemas não são imutáveis, mas podem ser transformados por meio do engajamento coletivo e do controle das ações políticas e partidárias.

Essa perspectiva de envolvimento ativo, que transforma questões individuais e comunitárias em pautas de interesse público e no aprimoramento das políticas sociais, é um dos grandes méritos das ciências sociais desde sua origem. Esse compromisso norteou as oficinas de elaboração de projetos culturais realizadas em São Luís, durante meu estágio de pós-doutorado. Nessa atividade de extensão, combinei a prática docente com minha experiência na gestão cultural. Estávamos diante do maior investimento público em cultura da história do país, com milhões de reais destinados a prefeituras e estados pelo governo federal, ainda como suporte ao setor cultural duramente afetado pela pandemia.

No entanto, essa conquista dos trabalhadores da cultura estava ameaçada pela inoperância, incompetência técnica e descaso das gestões locais. Isso se comprova pelo fato de que, até o final de julho de 2024, ainda não há divulgação dos resultados dos editais da Lei Paulo Gustavo pela Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão.

Outro exemplo das ameaças, agora em março de 2025, o Congresso Nacional cortou 85% das verbas destinadas à cultura, evidenciando que é urgente a conscientização sobre a manutenção e fragilidade da política cultural no solo pátrio. De relevância do desleixo com área cultural é a demanda tão antiga quanto importante de um plano de cargos e carreiras não ser acatada pelo governo federal atual. Tanto governo de esquerda quanto de direita do espectro político molestam os direitos do campo cultural, ainda visto como direito acessório.

Reafirmo, neste sentido, que as oficinas ofereceram o melhor da antropologia: seu antídoto contra o desprezo pela diversidade cultural. Nesse contexto, enfrentamos não apenas negligência político-administrativa, mas também racismo contra as manifestações culturais afroameríndias que caracterizam tanto o estado do Maranhão quanto a cidade de São Luís.

Considerações finais

As oficinas de elaboração de projetos culturais desempenharam um papel essencial na democratização do acesso a recursos públicos, permitindo que agentes culturais historicamente marginalizados pudessem adquirir conhecimentos técnicos necessários para viabilizar suas próprias narrativas. Esses espaços de formação não apenas ofereceram ferramentas para lidar com a burocracia dos editais de fomento, mas também se consolidaram como espaços de resistência e valorização das vozes que costumam ser silenciadas.

Em um contexto onde o elitismo frequentemente limita e invisibiliza expressões culturais populares – como ocorre com muitas manifestações em São Luís –, essas oficinas se tornaram um contraponto indispensável. Elas possibilitaram que culturas subalternizadas reivindicassem seu lugar, superassem barreiras institucionais e assumissem o protagonismo de suas histórias. Assim, o acesso ao conhecimento técnico não se restringe a uma necessidade administrativa, mas se configura como um ato político, desafiando as estruturas que historicamente determinaram quem pode ou não produzir cultura.

Fortalecer iniciativas como essa impulsiona a diversidade cultural e assegura que vozes antes marginalizadas ocupem espaços de visibilidade. Isso transforma não apenas o cenário artístico, mas também a dinâmica de funcionamento da máquina estatal que perpetua

desigualdades no campo da cultura. Esse movimento também reforça a relevância da antropologia pública, que ultrapassa os limites acadêmicos para atuar diretamente na sociedade, promovendo diálogos, ampliando o acesso ao conhecimento e consolidando bens e serviços culturais como direitos fundamentais para todos.

Referências

ALBERNAZ, Lady Selma F. *O “urrou” do boi em Atenas: instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

APPLE, M. W. Education and new hegemonic blocs: Doing policy the 'right' way, *International Studies in Sociology of Education*, 8:2, 181-202, 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0962021980020021> . Acesso em 20 mar. 2025

BOROFSKY, R, DE LAURI, A. Public Anthropology in Changing Times. *Public Anthropologist* 1, 3-19, 2019.

BURAWOY, Michael. A sociologia pública em tempos de Barack Obama. *Caderno CRH*, vol. 22, núm. 56, mayo-agosto, 2009, pp. 233-244. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5W7hw9q5sSkF9PxXRNtRRXC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

CARDOSO, L. C. M. A cultura popular no Maranhão: uma indústria política? *Revista Internacional de Folkcomunicação*, [S. l.], v. 3, n. 6, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18651>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das Tradições Performáticas Afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento. In: FONSECA, Maria Cecília Londres (Coord.). *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, críticas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GIMENO MARTÍN, Juan Carlos; CASTAÑO MADROÑAL, Angeles. Antropologia comprometida, Antropologias de Orientação Pública e descolonialidade. Desafios etnográficos e descolonização das metodologias . *OPSI*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 262–279, 2016. DOI: 10.5216/o.v16i2.37084. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsi/article/view/37084>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GRAY, H. Precarious Diversity Representation and Demography. In: CURTIN, M.; SANSON, K. (eds.). *Precarious Creativity: Global Media, Local Labor*. Oakland: University of California Press, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia* São Paulo: Ática, 1974.

TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia* São Paulo: Cortez, 1989.

WARNER, Kristen. Strategies for Success? *Navigating Hollywood's "Postracial" Labor Practices* In: CURTIN, M.; SANSON, K. (eds.). *Precarious Creativity: Global Media, Local Labor*. Oakland: University of California Press, 2016.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia* 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.